Lei n° 295/06, de 05 de julho de 2006.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de santa Bárbara do Monte Verde aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1°-** Em cumprimento às disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

I- As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II- A estrutura do orçamento municipal;

III- A elaboração, alteração do orçamento municipal;

IV- As despesas de pessoal e encargos sociais;

V- As condições para concessão de subvenções sociais, auxílio e contribuição;

VI- As alterações na legislação tributária;

VII- As disposições sobre dívida pública municipal; e

VIII- As disposições finais.

**Parágrafo Único.** Integram esta Lei, os seguintes Anexos:

I-Prioridades e Metas, elaboradas em conformidade com as disposições do Plano Plurianual - PPA 2006/2009;

II- Metas Fiscais elaboradas em conformidade com os §§1° e 2° do art. 4°, da Lei Complementar n°101, de 2000;

III**-** Riscos e Eventos Fiscais, elaborado em conformidade com o §3° do art. 4°, da Lei Complementar n°101, de 2000.

**CAPÍTULO II**

**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art.2°-** As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para exercício de 2007, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades municipais, são as constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedências na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2007 e na sua execução, não se constituindo em limite à programação das despesas.

**§1°.** O Orçamento Anual será elaborado em consonância com as prioridades e metas de que trata o **caput,** que serão adequadas ao Plano Plurianual - PPA 2006-2009 e à sua revisão.

**§2°.** Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício financeiro de 2007, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades estabelecidas.

**CAPÍTULO III**

**DA ESTRURA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

**Art.3°-** O Orçamento para exercício financeiro de 2007 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e será elaborado levando-se em conta à estrutura organizacional do Município e suas possíveis alterações.

**Art.4°-** A proposta orçamentária do Município evidenciará as receitas por rubricas e suas respectivas despesas, por função, programa, projeto e/ou atividade de cada unidade gestora e conterá:

I**-** Mensagem encaminhando o projeto de Lei;

II**-** Texto de Lei;

III**-** Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;

IV**-** Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

V**-** Quadro das dotações por órgãos de governo e administração;

VI**-** Demonstrativo da despesa por órgãos e funções;

VII**-** Programa de trabalho através da funcional programática; e

VIII**-** Demonstrativo da despesa segundo sua natureza.

**Art.5°-** Para efeito desta Lei entende-se por:

I- Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II- Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

III- Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV\_ Operação especial, as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**CAPÍTULO IV**

**DA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

**Art. 6°-** A proposta orçamentária do Município, relativa ao exercício financeiro de 2007, deverá ser elaborada em conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, prioridade de investimentos nas áreas sociais, austeridade na gestão dos recursos públicos, modernização na ação governamental, transparência na elaboração e execução do orçamento e modernização na ação governamental.

**Art. 7°-** O poder Legislativo elaborará seu detalhamento de despesas para exercícios financeiro de 2007, observadas as determinações contidas nesta Lei e no art. 29-A da Constituição Federal, e encaminhará ao Poder Executivo até trinta dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária ao Legislativo.

Parágrafo Único - O Poder Executivo encaminhará ao poder Legislativo, até sessenta dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder, os estudos e estimativas das receitas para exercício de 2007, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculos.

**Art. 8°-** As emendas ao projeto de lei do orçamento devem obedecer ao disposto no art.166, §3°, da Constituições Federal e na alínea "b" do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

I. Dotações com recursos vinculados;

II- Dotações referentes à contrapartida;

III- Dotações referentes a obras em andamento;

IV- dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.

**Art. 9°-** A Lei Orçamentária para o exercício de 2007 contemplará ao Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei n° 4320, de 17 de março de 1964, visando:

I- Criar, quando for o Caso, natureza de despesas em categoria de programação já existente;

II- Movimentar, internamente, o Orçamento quando as dotações existentes se mostrarem insuficientes para a realização de determinadas despesas;

III- Incorporar valores que excedam às previsões constantes da Lei Orçamentária de 2007.

**Art. 10°-** O Governo Municipal destinará, o mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, para o ensino fundamental e a educação infantil, como estabelece o artigo 2012 da Constituição Federal.

**Parágrafo Único.**  O Município aplicará, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos a que se refere o caput deste artigo, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, na forma do disposto no art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 11°-** A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações, serviços públicos de saúde, no ano de 2007, no mínimo, de 15% (quinze por cento), do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, b, e § 3°, da Constituição Federal.

**Art. 12°-** O orçamento para exercício de 2007 pode contemplar recursos para Reserva de Contingência, limitada a 2% (dois por cento) da receita corrente liquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e ventos ficais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis.

**Parágrafo Único.** Para efeito desta Lei, entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da Estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

**Art. 13°-** Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3° do art. 16 da Lei Complementar n°101, de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal n°8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores.

**Art.14°-** Até 30 (trinta) dias após a aprovação e publicação da Lei Orçamentária de 2007, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como, as metas bimestrais de arrecadação.

**Parágrafo Único.** O cronograma anual de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art.168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos, respeitado o limite constitucional.

**Art. 15°-**  Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Executivo e Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculando de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2007.

**§1°-** Excluem do **caput** deste artigo às despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

**§2°-** Na hipótese de ocorrência do disposto no **caput** deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e para movimentação financeira.

**§3°-** Deverão ser considerados para efeitos de conter as despesas, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital, relativos a obras e instalações, equipamentos e material permanente, e despesas correntes que não são afetas a serviços básicos.

**§4°-** No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

**Art. 16°-** Do orçamento, constará dotação para cumprimento de precatórios judiciais, apresentados até 1° de julho de 2006, conforme disposições contidas no §1° do art. 100 da Constituição Federal.

**Art. 17**°- A destinação de recursos para novos projetos somente será permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio, salvos os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

**CAPÍTULO V**

**DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 18°-** Para efeito do disposto nos artigos 37, V e X e 169, §1°, inc.II, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar n°101, de 2000, fica estabelecido que a Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens , admitir pessoal, na forma da Lei.

**Parágrafo Único.**  Os recursos para as despesas decorrentes dos atos disposto no **caput** deste artigo deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

**Art. 19°-** A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, observada os limites prudências.

**Art. 20°-** A concessão de qualquer vantagem, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, a criação de cargos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pela Administração direta e indireta, e pelo Poder Legislativo, só poderão ser feitas se houver prévia autorização legislativa e dotação orçamentária suficiente para atendimento da respectiva despesa, em observância aos limites constitucionais e legais.

**Art. 21°-** No exercício financeiro de 2007 a realização de hora extra, quando a despesa com pessoal houver excedido o limite disposto no parágrafo único do art.22 da Lei Complementar Federal n°101, de 2000, somente poderá ocorrer nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

**Art. 22°-** Serão considerados contratos de terceirização de mão-de-obra, para efeito do disposto no §1° do art.18 da Lei Complementar Federal n°101, de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgãos ou entidade, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal.

**CAPÍTULO VI**

**DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, AUXILIO E CONTRIBUIÇÃO**

**Art. 23°-** O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa específica, transferir recursos do Tesouro Municipal, a título de subvenção às entidades sem fins lucrativos, as quais desenvolvam atividades nas áreas social, médica, educacional, cultural e desportiva, desde que estejam legalmente constituídas.

**§1-** As entidades beneficiadas nos termos deste artigo deverão prestar contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo.

**§2-** Fica vedada à concessão de subvenção a entidades que não cumprirem as exigências do §1° deste artigo, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo poder Executivo.

**Art. 24°-** O Poder Executivo poderá destinar recursos para pessoas físicas ou jurídicas situadas no Município, visando cobrir suas necessidades ou déficit, respectivamente, observadas as disposições contidas em lei municipal específica.

**Art. 25°-** A Lei Orçamentária conterá dotação para acobertar despesas com mensalidades e/ou contribuições a associações, entidades ou consórcios municipais que visem o desenvolvimento municipal ou regional.

**CAPÍTULO VII**

**DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 26°-** Qualquer Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivos, isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para Orçamento de 2007, deverá, para sua aprovação, observar os termos do art.14 da Lei Complementar Federal n°101, de 2000, no que couber.

**Art. 27°-** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parceria única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nesses casos, serem considerados os cálculos da estimativa da receita.

**CAPÍTULO VIII**

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIAPAL**

**Art. 28°-** A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

**Art. 29°-** Obedecido os limites estabelece em legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de créditos ao longo do exercício de 2007, destinadas a financiar despesas de capital no Orçamento.

**Art. 30°-** As operações de crédito deverão contar do Orçamento e autorizadas por Lei específica.

**Art. 31°-** A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operação de crédito por antecipação de receitas.

**CAPÍTULO IX**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 32°-** A despesa de competência de outros entes da Federação só será assumida pela Administração Municipal quando firmadas por convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres e previsto recurso na lei orçamentária e que visem ao desenvolvimento municipal.

**Art. 33°-** A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

**Art. 34°-** Se a proposição de lei orçamentária anual não for devolvida ao Poder Executivo, até o início do exercício financeiro de 2007, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária na forma original, até a devida sanção da respectiva Lei.

Parágrafo Único - Os eventuais saldos negativos eventualmente apurados em virtude do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2006, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência.

**Art. 35°-**Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 36°-** Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Bárbara do Monte Verde, 05 de julho de 2006.

Sylvio Silveira Martins Júnior

Prefeito Municipal